

Na produção do conhecimento em Saúde do Trabalhador é preciso ter compromisso

São cada vez mais frequentes as discussões contemporâneas em torno da finalidade e do sentido da produção de conhecimentos. As Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação (C&T&I) em todo mundo vêm questionando o investimento em estudos acadêmicos que não redundem em benefício para a sociedade. No caso brasileiro, as diretrizes políticas do setor cada vez mais definem em seus editais as investigações prioritárias a serem financiadas, em acordo com uma visão estratégica deliberada nas Conferências Nacionais sobre Ciência, Tecnologia e Inovação, inclusive para a área de saúde. Em seu conteúdo, tais políticas, por óbvio, não restringem a finalidade dos estudos à aplicação imediata e nem desconsideram os aportes fundamentais da pesquisa básica, mas dão ênfase ao papel da ciência para o desenvolvimento humano, social e econômico.

Para os estudos sobre saúde dos trabalhadores tais diretrizes são cruciais, uma vez que os setores produtivos vêm introduzindo inovações que impactam os mais diferentes segmentos, exigindo especial atenção e interação a seu favor, por parte dos pesquisadores e dos produtores de bens e prestadores de serviços. No âmbito desse campo e dentro da área de saúde coletiva, acompanhando a tendência de aumento da produção científica nacional nos últimos anos, observa-se um crescimento significativo no número de trabalhos publicados, frutos de pesquisas.

Seria, portanto, oportuno avaliar, seguindo as diretrizes das políticas de C&T&I (1) em que medida essa produção responde às demandas explícitas ou implícitas de gestores e planejadores no que concerne às relações saúde-ambiente-trabalho; (2) e qual o grau de integração entre os diversos atores – profissionais de serviços, gestores, pesquisadores, organizações de trabalhadores – na definição de objetos de estudo relevantes frente aos numerosos problemas de saúde dos trabalhadores. É importante se perguntar, pois, qual a relevância dessa volumosa produção para o diagnóstico das condições de saúde dessa população e para a implementação de políticas e ações para melhorá-las.

Seria também oportuno indagar sobre dois pontos: (1) se o número elevado de publicações não seria, em parte, orientado por alguns pesquisadores para ajustar-se aos critérios usados pelas instituições “tradicionais” de avaliação de docentes e pesquisadores que, na contramão das diretrizes das Conferências de C&T&I, se pautam apenas por uma visão quantitativista da produção; e (2) se essas publicações, em vez de enfatizarem a contribuição que poderiam dar para a solução dos problemas, buscariam responder, prioritariamente, aos critérios das revistas indexadas quanto a seu fator de impacto, também de cunho quantitativo. Num breve levantamento da produção publicada na última década em revistas indexadas, constata-se que os estudos sobre saúde dos trabalhadores, na sua imensa maioria, são de caráter quantitativo e tratam dos agravos à saúde. Raríssimos são os que abordam questões relacionadas à Prevenção e Vigilância.

A Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNST) homologada em 2012, constituiu um passo importante para orientar a produção da área, respondendo a uma aspiração histórica de profissionais, pesquisadores e movimentos de trabalhadores. Dela constam princípios norteadores, diretrizes e estratégias para o desenvolvimento da atenção integral à saúde do trabalhador nas três esferas de gestão do Sistema Único de Saúde. Um dos seus objetivos prioritários é o fortalecimento da Vigilância e dela consta um modelo ambicioso de ações a serem realizadas. Ter essa Política como referência significa aproveitar uma oportunidade ímpar de superar o distanciamento entre a academia e a prática dos serviços. Ela abre perspectivas para o fortalecimento da Rede Nacional de Atenção à Saúde do Trabalhador em que o conhecimento tem um papel estratégico.

Carlos Minayo Gomez
Fundação Oswaldo Cruz

In the production of knowledge in Occupational Health it is necessary to be committed

Contemporary discussions concerning the purpose and intention of the production of knowledge are ever more frequent. Science, Technology and Innovation (S&T&I) policies around the world are questioning the investment in academic studies that do not result in benefits to society. In the case of Brazil, the policy guidelines of the sector increasingly define in their summonses for publications the priority investigations to be funded in accordance with a considered strategic vision in National Congresses on Science, Technology and Innovation, even in the area of †health. In their content, such policies obviously do not restrict the purpose of the study to immediate application nor do they disregard the fundamental contributions of basic research, but they emphasize the role of science for human, social and economic development.

For studies on occupational health such guidelines are crucial, since the productive sectors have been introducing innovations that impact a broad spectrum of segments. They require special attention and interaction in their favor on the part of researchers, goods producers and service providers. Following the trend of increasing scientific production in Brazil in recent years within the scope of this field and in the area of public health, there has been significant growth in the number of published works that disseminate the results of research.

In accordance with the guidelines of S&T&I policies, it would therefore be appropriate to evaluate to what extent this production satisfies the explicit or implicit demands of managers and planners regarding the health-environment-work relationship. It is also relevant to assess the degree of integration between the various actors – service professionals, managers, researchers, workers' organizations – in defining the topics of study relevant to the numerous occupational health problems. It is therefore important to ask ourselves about the relevance of this voluminous production to diagnose the health conditions of this population and to implement policies and actions to improve them.

It would also be advisable to investigate two further aspects. Firstly, whether the large number of publications is not partly guided by some researchers to suit the criteria used by the 'traditional' evaluation institutions of teachers and researchers who, contrary to the guidelines of S&T&I Conferences, are guided only by a quantitative vision of production. Secondly, whether these publications, rather than emphasizing the contribution they could make to the resolution of problems, seek to respond primarily to the criteria of indexed journals as to their equally quantitative impact factor. In a brief survey of the works published in indexed journals over the last decade, it becomes clear that the vast majority of studies on occupational health is of a quantitative nature and deals with health problems. Works that address issues related to prevention and monitoring are indeed scarce.

The Brazilian Policy on Occupational Health ratified in 2012 was an important step in orienting the production of the area, satisfying a historical aspiration of professionals, researchers and workers movements. They include guiding principles, guidelines and strategies for the development of comprehensive occupational health at the three levels of management of the Unified Health System. One of its primary objectives is the broadening of monitoring systems and it enshrines an ambitious model of actions to be taken. Having this policy as a benchmark represents taking advantage of a unique opportunity to bridge the gap between academia and services in practice. It opens up perspectives for strengthening the National Network of Occupational Health in which knowledge plays a strategic role.

Carlos Minayo Gomez
Fundação Oswaldo Cruz

